

Conta Satélite das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos Brasil - 2002

Neide Almeida Beres

*UNV- United Nations Volunteers / JHU- Johns Hopkins University / IBGE- Fundação
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
nberes@gmail.com*

Resumo

Esse trabalho foi realizado no contexto de amplo projeto sobre as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – IPSL, coordenado pela Johns Hopkins University contando, no Brasil, com a parceria do UNV - United Nations Volunteers, e com o apoio do IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão encarregado no país pela divulgação do sistema de contas nacionais. Com esse resultado, apresenta-se a versão preliminar da Conta das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos para o ano de 2002. Ressaltando as características nacionais, o trabalho procura manter sistemática conexão com o Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts, metodologia desenvolvida pela Johns Hopkins University em conjunto com o Economic Statistics Branch do United National Statistics Division.

1. Introdução

Esse trabalho foi realizado no contexto de amplo projeto sobre as *Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – ou NPIs*, coordenado pela Johns Hopkins University contando, no Brasil, com a parceria do programa UNV – United Nations Volunteers do PNUD, e com o IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão encarregado no país pela divulgação do sistema de contas nacionais. Com esse resultado apresenta-se a primeira versão da Conta Satélite das NPIs para o ano de 2002. Elaborada na CONAC - Coordenadoria de Contas Nacionais da Diretoria de Pesquisas do IBGE, o trabalho se restringe aos dados monetários¹ e mantém conexão com as recomendações conceituais, definições, classificações, contas, transações e tabelas do SNA – System of National Accounts de 1993, incorporadas ao sistema de contas nacionais. Além disso, resguardando as características nacionais, mantém estreita ligação com o Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts, metodologia desenvolvida pela Johns Hopkins University Center para a Civil Society Studies em conjunto com o Economic Statistics Branch do United Nations Statistics Division.

A construção do quadro da CEI – Contas Econômicas Integradas - demandou informações de vários arquivos e intenso trabalho de compatibilização. Citando as fontes principais, foram utilizados resultados extraídos de micro-dados do arquivo da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, do Cempre – Cadastro Central de Entidades, do arquivo do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica para as *imunes e isentas*, do INEP – Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do MEC, da MAS – Assistência Médico Sanitária, pesquisa de saúde do IBGE, do SIAFI – Sistema de Administração Financeira Federal e de pesquisas sobre finanças públicas estaduais e municipais e, de trabalhos inéditos e de circulação restrita como o texto sobre GSF – Gastos Sociais Federais, do IPEA/IEPES.

A recomendação expressa na Handbook em identificar o conjunto das instituições que

compõem o setor institucional das NPIs², com o propósito de revelar a real dimensão desse universo, a natureza jurídica das organizações, as atividades que desenvolvem, o número de pessoas ocupadas, as transações e inter-relações econômicas, exigiu a criação de estratégia abrangente e consistente, que permitisse confrontar o resultado dos agregados com o sistema central de estatísticas e de contas nacionais. Assim, as descrições sobre os procedimentos adotados quanto à definição de universo, de unidade institucional, a classificação de atividades e o tratamento das informações econômicas e sobre o pessoal ocupado foram sistematicamente regulados pelos dados estatísticos da economia como um todo.

2. Definições e Classificações

O universo incluído nesse trabalho refere-se a instituições que atuam em benefício público, são formalmente estruturadas, tem gerenciamento próprio, não integram o universo governamental, não distribuem lucros entre diretores, envolvem algum tipo de participação voluntária, recebem doações e, finalmente, tem razão social, CGC e estão ativas.

Para a apresentação desse resultado, algumas considerações são necessárias. Em primeiro lugar, convém esclarecer que os resultados retratam instituições incluídas normalmente no processo de elaboração das contas nacionais, mas em diferentes áreas de atividades e setores institucionais. Para a elaboração da conta satélite, as instituições-alvo foram identificadas, destacadas e submetidas a uma reorganização que preservasse suas características, identidades e objetivos comuns. Pela sua natureza, essas instituições formam um universo cuja dinâmica difere das organizações típicas de mercado e, por outro lado, não integram o universo das entidades governamentais. Também costumam representar um espaço de afirmação de valores e práticas sociais, tais como religião, laços comunitários, solidariedade, meio ambiente e política, entre outros. Nesse trabalho foram considerados como unidades institucionais pertencentes ao universo das NPIs aquelas organizações cujas atividades de produção de bens e serviços não visam gerar lucros e rendimentos, mas que efetivamente dispõem de registro formal e, mesmo não sujeitas a fiscalização sistemática, prestam contas de suas transações financeiras à Secretaria da Receita Federal. As iniciativas particulares e/ou informais, quando não vinculadas a qualquer unidade institucional, não estão incluídas. Também estão excluídas atividades com fins sociais desenvolvidas no âmbito de empresas, na condição em que os recursos físicos e financeiros não estejam aplicados através de um programa específico e mensurável. Por outro lado, fundações e associações privadas mantidas por empresas foram naturalmente incluídas. Regra geral, definiu-se como unidade institucional pertencente a esse universo as entidades que tem razão social e prestam contas ao CNPJ. Com esse recorte, pode-se concluir que o real universo das NPIs no Brasil está subestimado.

As principais características associadas às unidades podem ser descritas da seguinte maneira:

- natureza jurídica – basicamente são constituídas como associações e fundações privadas. Na prática podem se intitular como ongs. – organizações não governamentais, organização social (os), ou organização da sociedade civil de interesse público (oscips). Mas o registro formal em cartório se caracteriza como associação ou fundação.

- isenção de tributos – são legalmente isentas de tributos sobre o lucro, e dispõem de tratamento privilegiado em outros impostos, tais como os que incidem sobre folha de pagamento de pessoal. Quando dispõem de titulação como (os) ou (oscips) ficam também liberadas do processo de licitação para contratos com órgãos públicos³.
- caráter não lucrativo – o objetivo operacional da instituição não inclui obtenção de lucro;
- produção de bens e serviços públicos – as instituições privadas não lucrativas produzem principalmente bens coletivos e podem ser financiadas por vendas diretas, contribuições pessoais, transferências governamentais e esforço voluntário de trabalho ou doação de bens em espécie;
- composição de pessoal – dispõe de participação de pessoal voluntário (sem remuneração) no conjunto da mão de obra;

As contas sistematizadas até agora se referem às contas não financeiras, de produção de bens e serviços, de geração de renda, de alocação da renda primária, de distribuição secundária da renda, de uso da renda e de formação de capital. As áreas de atividades adotadas foram uma adaptação da Classificação das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – ICNPO, desenvolvida pela Johns Hopkins, e apresentada no Anexo.1. Os agregados mensurados reportam-se a cada classificação. Dentre os agregados comuns ao sistema de contas nacionais, foram inseridos dois específicos, destinados a quantificar com mais propriedade o valor adicionado do setor:

- remuneração fictícia dos voluntários - valor de salários imputados ao montante de trabalhadores voluntários estimado para cada atividade. O salário médio atribuído foi o salário médio anual nacional.
- e consumo de capital fixo⁴ – valor estimado da depreciação do ativo imobilizado, calculado através do registro contábil ($n - (n - 1)$), exclusivamente. O valor de registro é histórico, e provavelmente não reflete os preços correntes praticados no período considerado, e apesar do ano de referência refletir fase de baixa inflação, a inclusão é provisória. O impacto no cálculo do PIB, contudo, é de apenas, 0,05%.

As Áreas de Atividades do Setor

A proposta da Johns Hopkins para a classificação dos subsetores que retratam as atividades das IPSL é estruturada em 12 (doze) categorias, a ICNPO – International Classification Non Profit Organization, abaixo especificada⁵:

Áreas de Atividades – segundo ICNPO

- 1.Cultura e Recreação
- 2.Educação e Pesquisa

- 3.Saúde
- 4.Assistência Social
- 5.Ambientalismo
- 6.Desenvolvimento Comunitário
- 7.Direitos Humanos e Políticos
- 8.Filantropia
- 9.Internacionais
- 10.Instituições Religiosas
- 11.Associações Profissionais
- 12.Outras

Com a necessidade de adaptar o conteúdo de cada área de atividade ao da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE nacional, coordenada pelo IBGE e por extensão utilizada pelos demais organismos públicos de registros administrativos e de fiscalização, o resultado foi o seguinte:

Áreas de Atividades – Brasil

- 1.Cultura e Recreação
- 2.Educação e Pesquisa
- 3.Saúde
- 4.Assistência Social
- 5.Desenvolvimento e Defesa de Direitos
- 6.Internacionais
- 7.Instituições Religiosas
- 8.Associações Profissionais.

O item 5 – Desenvolvimento e Defesa de Direitos – inclui classificações não especificadas, as chamadas *outras*, instituições dedicadas à definição de políticas, campanhas e estudos sobre o meio ambiente, instituições dedicadas ao treinamento profissional, organizações de direitos humanos e políticos e de filantropia. A redução de 12 (doze) para apenas 8 (oito) categorias classificatórias evidentemente dificulta a análise do grupo específico e do conjunto como um todo, mas tem a vantagem de preservar a integridade dos registros originais. As 8 (oito) classificações definidas constituíram os subsetores quantificados da *conta satélite das instituições privadas sem fins lucrativos* nacional.

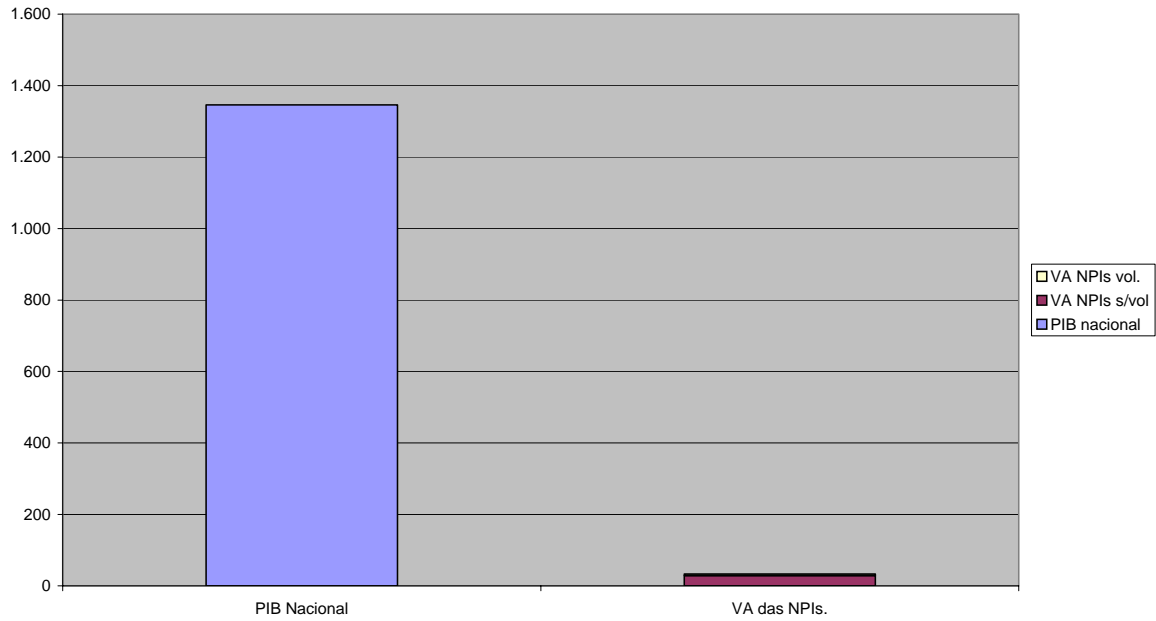
3. Apresentação dos Resultados

A Conta de Produção e a Conta de Geração de Renda

No marco zero da elaboração do trabalho, o ano-base-2002, a análise da Conta Satélite está condicionada a ótica de exploração de seu próprio contexto e à comparação dos resultados com os agregados nacionais. O resultado do processo produtivo consolidado nas contas de produção e geração da renda reproduz o esforço realizado pelas unidades integrantes desse universo, no qual a produção não mercantil das IPSL é medida pelos seus custos de produção e despesas com mão de obra, enquanto que as vendas de bens e serviços representam a produção mercantil. O VA – valor adicionado –, conseqüentemente, será o resultado das despesas com mão de obra mais o pagamento de impostos sobre a produção e o consumo de capital fixo⁶. Com esse método, o excedente operacional das IPSL é zero.

Confrontando com o PIB nacional, a contribuição das IPSL ao valor agregado da economia representa cerca de 2,5%. O Gráfico 1 demonstra a participação.

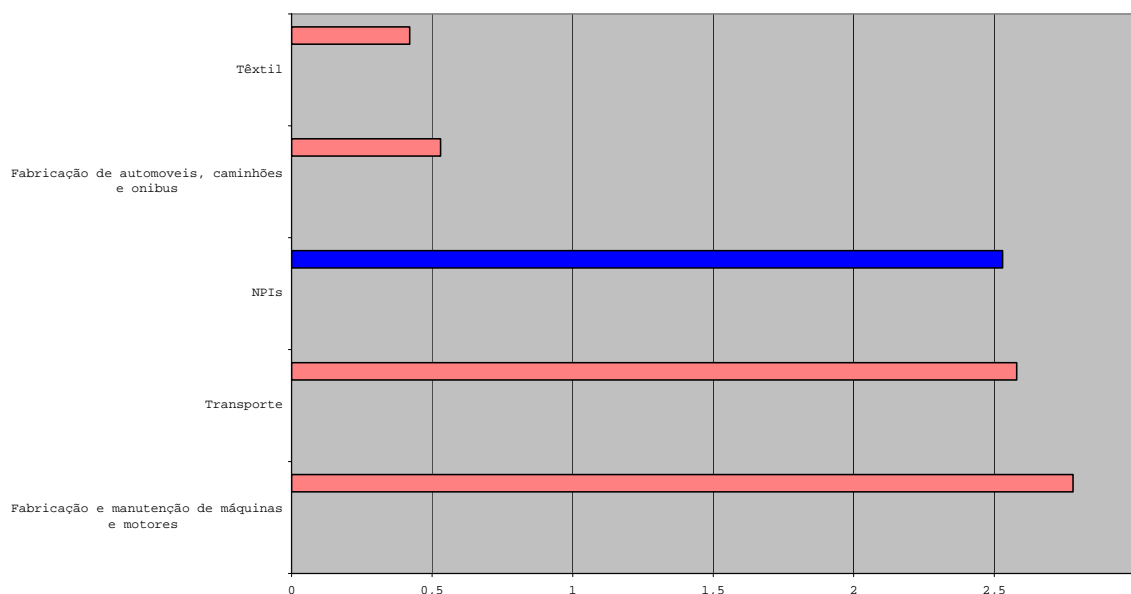
Gráfico 1 - PIB Nacional e VA NPIs - Ano 2002 - R\$ 1.000.000



Fonte: IBGE/Contas Nacionais-2002

Com o propósito de situar o desempenho econômico das IPSL e sua contribuição, foram selecionadas outras atividades econômicas de relativa importância no cenário econômico, que são mostradas abaixo. O resultado geral, contudo, é que as IPSL⁷, quando tratadas como um setor, têm uma destacada expressão econômica:

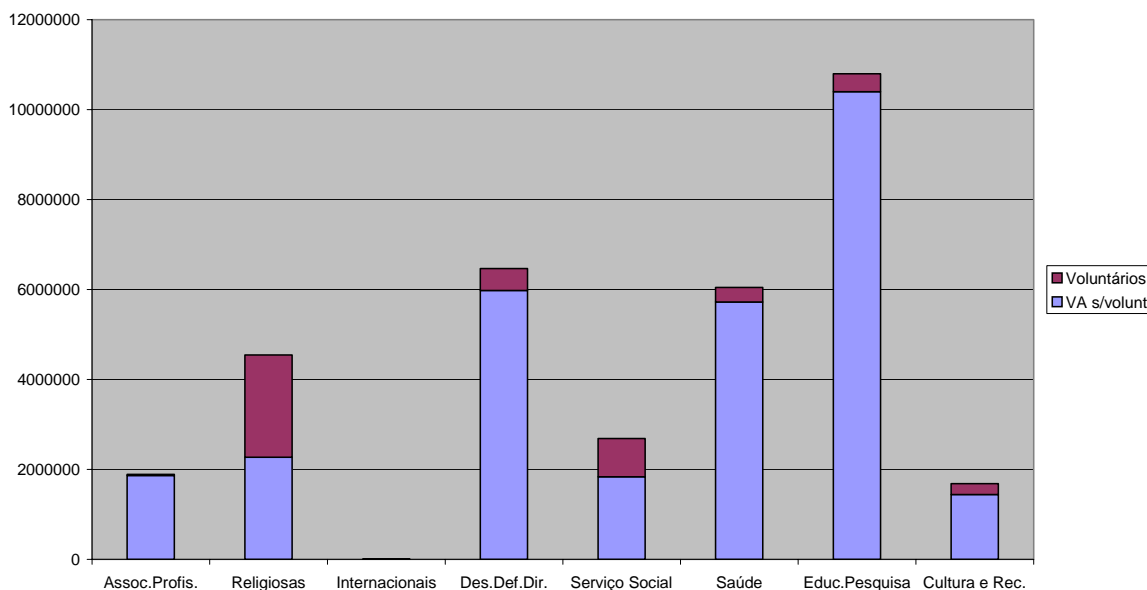
Comparação com a participação de setores econômicos selecionados no VA a preços básicos



Fonte: Sistema de Contas Nacionais – Brasil – 2002 (valores a preços básicos)
Conta Satélite das NPIs.

A comparação indica que as NPIs representam uma participação tão significativa quanto os de fabricação e manutenção de máquinas e motores, e o de transporte. Além disso, é aproximadamente 5 (cinco) vezes maior que os de fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, e do têxtil. Essa visão, definitivamente, encerra a discussão sobre a real dimensão do setor das IPSL e o coloca na posição que de fato exprime sua dimensão. A composição do VA segundo as diferentes áreas de atividades é retratada no Gráfico 2.

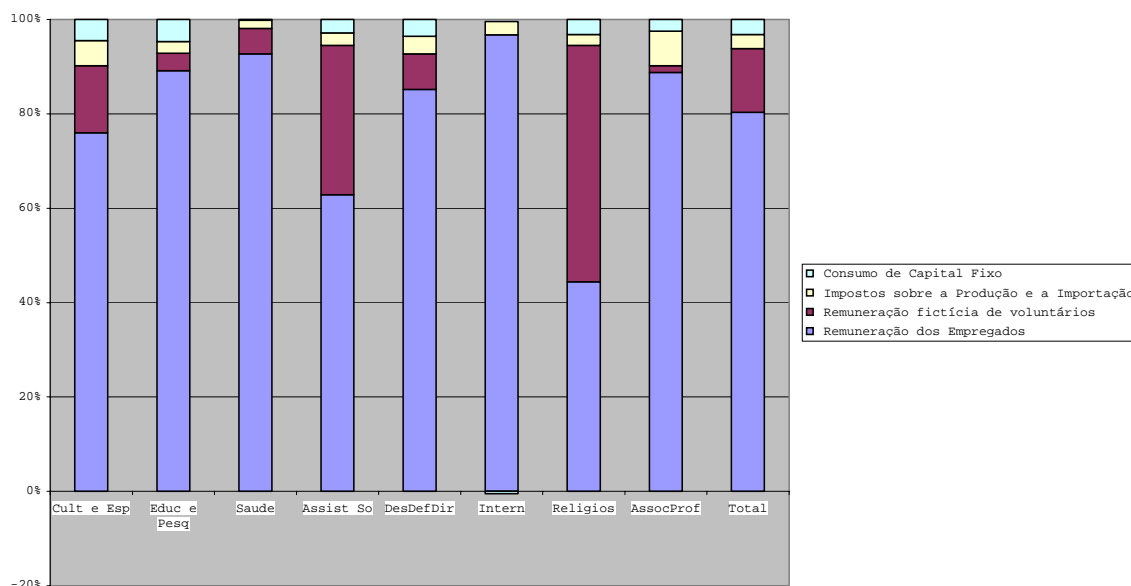
Gráfico 2 - Participação das áreas de atividade no VA das IPSL - 2002 - Vr. R\$ 1.000



Fonte: Conta Satélite das NPIs. – 2002

O resultado reflete principalmente a participação da mão de obra empregada, remunerados e voluntários, responsável por mais de 90% da formação do VA. O volume de pessoal ocupado e os respectivos salários médios são definitivamente as variáveis determinantes do agregado, e não o número de instituições. Assim, a tradicional área de *educação e pesquisa*, portadora do maior contingente de mão de obra desse universo, e estimulada pelo salário médio do ensino superior, isola-se como a de maior contribuição ao VA. Na segunda posição registram-se as instituições de saúde, que tem intensa utilização de pessoal, e a área de defesa de direitos e desenvolvimento comunitário, que está sobrecarregada por uma gama variada de instituições cuja classificação, por diferentes motivos, não é muito precisa, mas incluem instituições de direitos humanos, defesa do meio-ambiente, de minorias, associações de moradores, partidos políticos e organizações comunitárias. As instituições religiosas destacam-se na terceira posição principalmente devido ao reforço dos voluntários e, numa quarta posição, situam-se as instituições de assistência social, cultura e desportos e, as associações profissionais. As de assistência e cultura, apesar de numerosos empregados e decisiva participação de voluntários, incluem entre sua mão de obra um importante contingente de pessoal ocupado em trabalhos cuja remuneração é de baixa representatividade (acompanhantes, cozinheiros, etc.) O Gráfico 3 retrata a composição do VA de cada área de atividade.

Gráfico 3 - Composição do VA das IPSL segundo áreas de atividades - Ano 2002



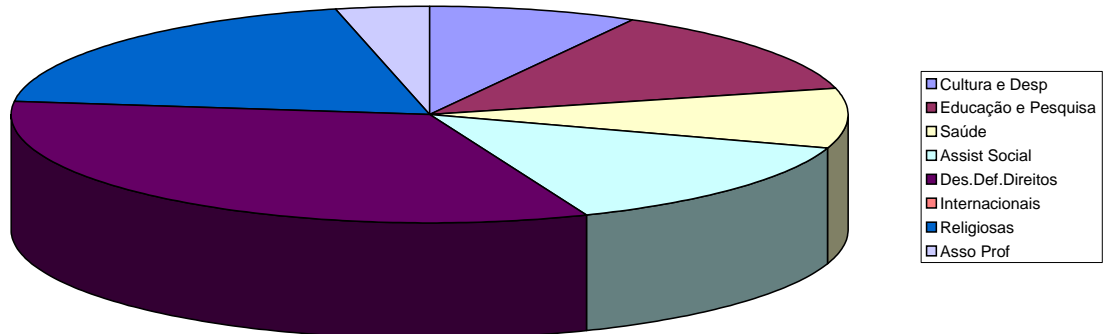
Fonte: Conta Satélite das NPIs. – 2002

As Contas de Alocação da Renda Primária e Distribuição Secundária da Renda

Enquanto a conta de alocação da renda primária das NPIs acusa apenas rendimentos de curto prazo auferidos por aplicações no mercado de capitais, que resulta no próprio saldo das rendas primárias, a distribuição secundária da renda apresenta importantes informações sobre as origens dos fluxos oriundos de outros setores institucionais. Os fluxos correspondem às transferências do setor público – federal, estaduais e municipais – às transferências do setor privado empresarial e pessoal, das famílias (composto por doações, contribuições de associados e pela remuneração imputada ao trabalho voluntário) e outras transferências que incluem recursos externos ainda não passíveis de adequada identificação.

Os Gráficos 4 e 5 demonstram o volume dos recursos recebidos por transferências de setores econômicos e da sociedade. Utilizados na produção dos bens e serviços das NPIs mas constituídos fora do seu próprio processo, as transferências são recursos livres de contrapartida que os demais setores institucionais depositam nas NPIs, e representam um perfil de filantropia institucional e das famílias. O gráfico 4 demonstra o comportamento dessas transferências para cada área de atividade.⁸

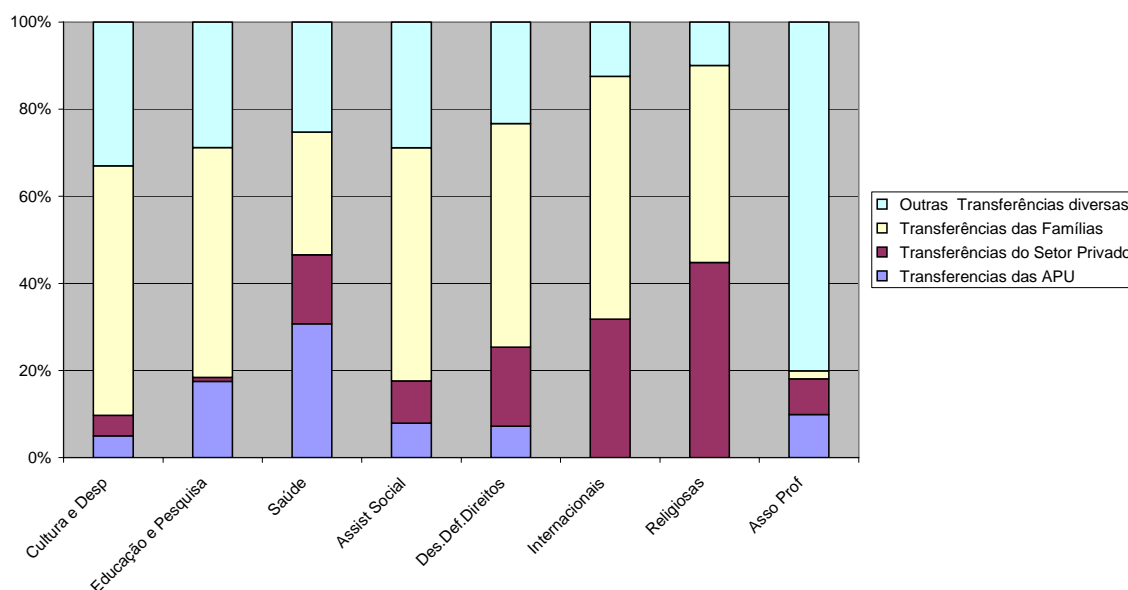
Gráfico 4 - Participação de cada área de atividade no total de transferências recebidas pelas NPIs. Ano - 2002



Fonte: Conta Satélite das NPIs.

Obs. Inclui valor imputado ao trabalho voluntário como transferências das famílias.

Gráfico 5 - Composição percentual das Transferências recebidas pelas NPIs segundo áreas de atividades - ano 2002



Fonte: Conta Satélite das NPIs.

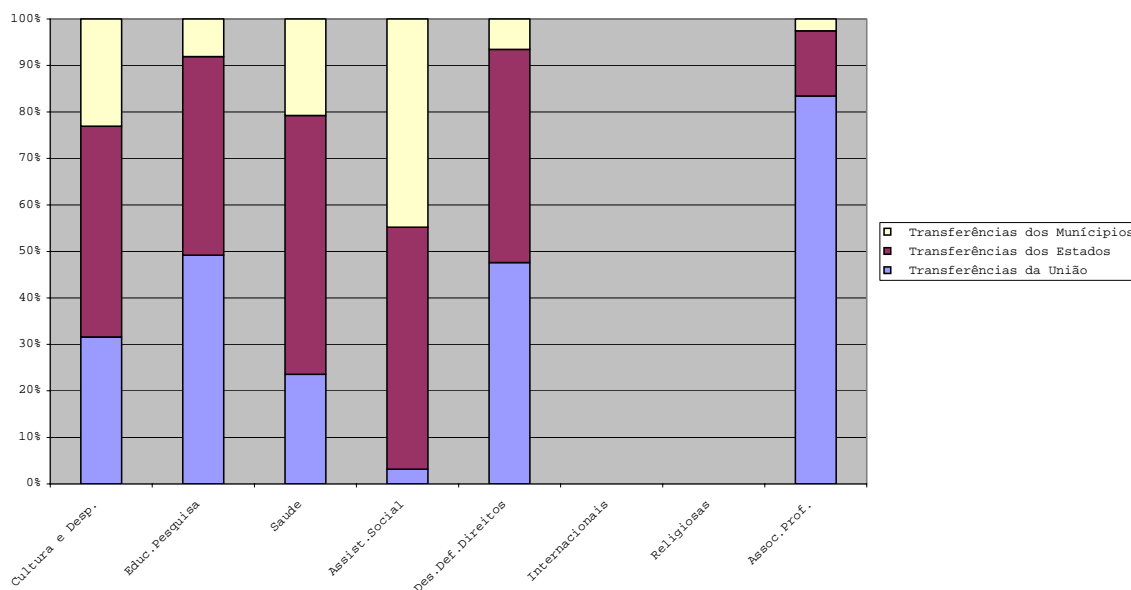
Obs. Inclui valor imputado ao trabalho voluntário como transferências das famílias.

Obs. O valor incluído na atividade Associações Profissional como “transferências das famílias” refere-se à remuneração imputada aos respectivos voluntários.

A área formada por *associações profissionais* teve seus recursos decorrentes de “contribuições de associados” (interpretados para os demais como transferências das famílias) tratados como produção mercante, em conjunto com as vendas de bens e serviços⁹. A justificativa é que importante parcela dos serviços produzidos por essas entidades têm preços economicamente significativos, e devem ser tratados como vendas. Além disso, não se constataram transferências de administrações públicas para instituições religiosas e internacionais. No agregado *transferências do setor privado* estão incluídos recursos repassados por pessoas e empresas, e cuja dissociação ainda não foi possível. No ranking das doações e transferências privadas, o grupo das instituições religiosas ocupa destacadamente a primeira posição.

As transferências das administrações públicas são a representação da tradicional parceria que as NPIs mantêm com o poder público. Apesar de reunidas em uma única rubrica, tem origem nos diferentes níveis de governo, federal, estaduais e municipais.. A dependência em relação à esfera governamental é demonstrada no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Transferências das administrações públicas segundo os níveis de governo - 2002



Fontes: Gasto Social Federal-2002

IPEA/IEPES

Estatísticas das Administrações Públicas Estaduais e Municipais-2002

IBGE/DPE/DECNA

Percebe-se na distribuição das transferências por níveis de governo que, para uma determinada área de atividade, há dependência de específico nível de governo. Assim, as *associações profissionais* são particularmente beneficiadas com transferências do governo federal¹⁰. Por outro lado, as unidades da área de *assistência social, saúde e cultura e esportes* recebem recursos públicos predominantemente estaduais e municipais.

4. Conclusões

A principal contribuição da conta satélite é revelar a dimensão e as inter-relações das NPIs no plano econômico do país. Até então, a visão fragmentada e parcial das NPIs impedia uma interpretação estratégica sobre o setor. Sistematizado, o setor sem fins lucrativos, representado pelas associações, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, organizações não governamentais, ou qualquer denominação que lhes possa ser atribuída, as NPIs demonstraram ser uma importante expressão econômica.

No ano 2002, as áreas de atividade *educação e pesquisa*, seguida pela de *desenvolvimento e defesa de direitos* foram as mais dinâmicas dentre as demais áreas. Enquanto o que de fato impulsionou a educação foi o ensino superior, a inclusão de organizações políticas em *desenvolvimento e defesa de direitos*, em um ano eleitoral, e a apropriação de 22% do total de transferências realizadas no país, certamente contribuíram para o desempenho dessa área.

No plano seguinte destacaram-se as *instituições religiosas*, impulsionadas pela forte participação de mão de obra voluntária e fomentada por 19% das transferências realizadas pelos demais setores institucionais.

O grupo seguinte foi formado pelas áreas de *cultura e desportos, assistência social e associações profissionais*. Enquanto as áreas de *assistência social e associações profissionais* retratam estabilidade proporcional ao crescimento populacional, recentes decisões criando incentivos e financiamentos públicos para *cultura e desportos*, bem como a agenda de eventos esportivos em anos mais recentes, devem alterar a posição dessa atividade no quadro geral.

Notas

- 1 As transações em espécie (doações de bens, ou mercadorias) não foram incluídas
- 2 Até esse momento, o Sistema de Contas Nacionais adotado no Brasil considera como IPSL instituições que prestam serviços às famílias.
- 3 A partir de 2007 será exigido cadastramento no Ministério da Justiça de todas as instituições sem fins lucrativos que recebem verbas das administrações públicas.
- 4 O Sistema de Contas Nacionais do país demonstra atualmente o consumo do capital fixo exclusivamente para as administrações públicas.
- 5 Sobre a questão, o texto ainda inédito “Projeto Comparativo sobre as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – Brasil – 2002”, dessa autora, descreve a estratégia adotada para adaptação da classificação da Johns Hopkins à disponibilidade estatística do país.
- 6 Ver observação sobre consumo de capital fixo e remuneração de voluntários na pag.2 desse texto.
- 7 O valor agregado das NPIs a preços básicos (excluindo os impostos sobre a produção e a import) é reduzido em cerca de 0,05%.
- 8 As contribuições de associados na área Associações Profissionais são tratadas como produção mercantil.
- 9 As contribuições de associados das demais áreas foram consideradas transferências.
- 10 Creditam-se boa parte desses recursos a programas de treinamento de pessoal financiados pelo FAT – Fundo de Apoio ao Trabalhador e implementados pelas associações profissionais.

Referências

United Nations (2003). Handbook of National Accounting: Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts. United Nations Publication, Sales No.E.030XVII.9

Landim, Leilah. Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. ISER – Núcleo de Pesquisa, 1993.

Landim & Scalon. Leilah e Maria C. Doações e Trabalho Voluntário no Brasil. Uma Pesquisa. 7 Letras. 2000

Landim & Beres. Leilah e Neide. As Organizações sem Fins Lucrativos no Brasil. Ocupações, Despesas e Recursos. ISER. The Johns Hopkins University. Institute for Policy Studies. Nau Editora, 1999.

The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project.. Dimensions of the Nonprofit Sector. Global Civil Society. Salomon, Lester; Anheier, Helmut et alii.

Merege, Prof. Luiz Carlos. Censo do 3º Setor do Pará. CETS/FGV-EASP. 2005.

FASFIL – Fundações e Associações sem Fins Lucrativos que servem às Famílias.
IBGE..2002

Gastos Sociais do Governo Federal – 1995 a 2004. Fernandes, Maria Alice da Cunha. IEPES
– Instituto de Estudos de Políticas Econômicas e Sociais. 2006.

Compte satellite des institutions sans but lucratif et du bénévolat. Statistique Canada. N° 13-015-XIF au catalogue. Canada.

VI CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. 8 al 11 noviembre de 2007, Salvador de Bahía, Brasil. Organizan: ISTR y CIAGS/UFBA

CONTA SATELITE DAS ISFL - BRASIL - ANO 2002 - VR. R\$ 1.000																		
TOTAL	ASS.PROF	RELIGIOSAS	INTERNAC.	DEF. DIREITOS	SERVIÇO SOCIAL	SAÚDE	EDUC. / PESQUISA	CULTURA /ARTES	1 - Conta de produção	CULTURA /ARTES	EDU. / PESQUISA	SAÚDE	SERVIÇO SOCIAL	DEF. DIREITOS	INTERNAC.	RELIGIOSAS	ASS.PROF.	TOTAL
									Produção	4 041 170	19 816 242	13 009 239	7 220 059	16 804 174	17 530	9 811 077	6 064 148	76 783 640
									Produção Mercantil	647 615	14 388 490	8 790 887	1 363 934	4 657 753	3 343	2 397 281	4 849 748	37 099 051
									Produção Não - Mercantil	3 393 554	5 427 751	4 218 353	5 856 125	12 146 421	14 188	7 413 797	1 214 400	39 684 589
42 401 825	4 171 972	5 267 970	9 351	10 337 016	4 534 013	6 960 191	8 762 962	2 358 351	Consumo Intermediário	0	0	0	0	0	0	0	0	0
34 126 460	1 892 176	4 543 107	8 180	6 467 158	2 686 047	6 049 049	10 797 925	1 682 818	Valor Adicionado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
									2 - Conta de geração da renda									
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Valor adicionado	1 682 818	10 797 925	6 049 049	2 686 047	6 467 158	8 180	4 543 107	1 892 176	34 126 460
27 414 827	1 679 315	2 018 545	7 990	5 508 920	1 689 000	5 609 079	9 623 350	1 278 627	Remuneração dos Empregados	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4 603 257	27 257	2 273 086	0	487 885	849 083	326 088	400 610	239 246	Remuneração fictícia de voluntários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1 012 821	138 501	105 551	229	237 829	71 300	104 863	265 244	89 303	Impostos sobre a Produção e a Importação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1 095 556	47 103	145 925	- 39	232 525	76 663	9 018	508 720	75 642	Consumo de Capital Fixo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
									Excedente Operacional Bruto	0	0	0	0	0	0	0	0	0
									3 - Conta de alocação da renda primária									
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Excedente operacional bruto	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Rendimentos de Propriedade Recebidos	82 940	714 261	323 154	1 278 681	1 016 451	502	269 340	271 313	3 956 641
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Juros	82 940	714 261	323 154	1 278 681	1 016 451	502	269 340	271 313	3 956 641
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Rendimentos de Propriedade Pagos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Juros pagos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3 956 641	271 313	269 340	502	1 016 451	1 278 681	323 154	714 261	82 940	Saldo das Rendas Primárias Brutas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
									4 - Conta de distribuição secundária da renda									
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Saldo das rendas primárias brutas	82 940	714 261	323 154	1 278 681	1 016 451	502	269 340	271 313	3 956 641
195 792	38 318	12 111	15	47 741	22 863	38 128	27 756	8 859	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
195 792	38 318	12 111	15	47 741	22 863	38 128	27 756	8 859	Imposto sobre a renda pessoa jurídica	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Outras Transferências Correntes	3 292 698	5 425 015	3 676 380	5 692 518	13 670 201	14 964	8 019 976	1 515 593	41 307 345
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferências da União	52 139	467 218	265 767	14 297	467 872	0	0	124 628	1 391 921
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferências dos Estados	74 785	405 587	627 918	234 066	450 428	0	0	20 908	1 813 692
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferências dos Municípios	38 093	76 986	234 258	201 581	64 431	0	0	3 787	619 136
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferências do Setor Privado	153 524	46 871	583 507	550 481	2 482 473	4 756	3 591 286	124 840	7 537 736
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferências das Famílias	1 886 999	2 864 928	1 036 366	3 049 846	7 019 849	8 349	3 631 372	27 257	19 524 966
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Outras Transferências diversas	1 087 158	1 563 424	928 565	1 642 247	3 185 148	1 860	797 317	1 214 173	10 419 894
45 068 194	1 748 588	8 277 204	15 451	14 638 911	6 948 336	3 961 406	6 111 520	3 366 779	Renda Disponível Bruta	0	0	0	0	0	0	0	0	0
									5 - Conta de uso da renda									
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Renda Disponível Bruta	3 366 779	6 111 520	3 961 406	6 948 336	14 638 911	15 451	8 277 204	1 748 588	45 068 194
39 684 589	1 214 400	7 413 797	14 188	12 146 421	5 856 125	4 218 353	5 427 751	3 393 554	Despesa de consumo final	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5 383 605	534 188	863 407	1 263	2 492 490	1 092 211	- 256 947	683 768	- 26 775	Poupança bruta	0	0	0	0	0	0	0	0	0
									6 - Conta de capital									
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Poupança bruta	- 26 775	683 768	- 256 947	1 092 211	2 492 490	1 263	863 407	534 188	5 383 605
6 675 279	372 364	1 539 093	1 312	1 139 550	486 612	840 444	1 739 781	556 124	Formação bruta de capital fixo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferências de Capital	18 717	155 540	182 189	60 801	202 006	0	0	10 578	629 831
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferências da União	14 884	65 572	151 950	267	34 138	0	0	2 223	269 034
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferências dos Estados	3 085	83 218	28 586	57 031	162 884	0	0	7 831	342 635
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferências dos Municípios	748	6 750	1 653	3 503	4 984	0	0	524	18 162
0	0	0	0	0	0	0	0	0	Transferências de capital diversas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- 1 006 647	172 402	- 675 686	- 49	1 554 946	666 400	- 915 201	- 900 473	- 564 182	Capacidade (+)/necessidade(-) líquida de	0	0	0	0	0	0	0	0	0